

RELATORIO DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

| 2008-2011 |

ÍNDICE

Síntese

1. Apresentação	3
2. Avaliação do Sistema Estatístico Nacional no período 2008-2011	4
2.1. Análise do grau de execução das recomendações emitidas no âmbito do RAESN 1999-200	4
2.2. Acompanhamento das acções consideradas prioritárias na Avaliação de Estado do SEN – Junho 2009	4
2.3. Análise preliminar do grau de realização das Linhas Gerais da Actividade Estatística Nacional para 2008-2012	6
3. Acções prioritárias a desenvolver no futuro próximo no âmbito do Sistema Estatístico Nacional	9
3.1. Na actividade do Conselho Superior de Estatística	10
3.2. Na actividade das Autoridades Estatísticas	11

Anexo I | Organograma do CSE

Anexo II | Membros do CSE no período 2008-2011 e participação nas reuniões do CSE

Anexo III | Relatório de acompanhamento das recomendações do CSE constantes do RAESN 1999-2001

Anexo IV | Avaliação do estado do SEN – Junho de 2009 | Acompanhamento das acções consideradas prioritárias

Anexo V | Avaliação global do grau de realização das “Linhas Gerais da Actividade Estatística Nacional, e respectivas prioridades para 2008-2012”

Anexo VI | Principais documentos referenciados

SÍNTESE

O presente Relatório expressa uma apreciação globalmente favorável da evolução do Sistema Estatístico Nacional (SEN), muito particularmente nos últimos três anos, após a entrada em vigor da Lei nº 22/2008, de 13 de Maio.

De facto, foram identificados os seguintes **factores de progresso**:

- A intensificação da actuação e da intervenção do Conselho Superior de Estatística (CSE), designadamente ao nível da coordenação estatística e do funcionamento da estrutura operacional, em consequência da adopção de um modelo de funcionamento ágil e eficiente;
- O alargamento da produção estatística em áreas particularmente relevantes e uma melhoria da oferta de informação estatística, caracterizada por uma maior facilidade de acesso;
- O aumento da qualidade das estatísticas oficiais, muito particularmente no que se refere ao cumprimento do calendário de difusão e à credibilidade das estatísticas das Administrações Públicas;
- A modernização significativa do processo de produção estatística em termos gerais e, em particular no que se refere à fase de recolha, associada a uma redução da carga estatística sobre os respondentes, em particular sobre as empresas, através da utilização mais eficiente de dados administrativos para fins estatísticos, com particular destaque para a IES - Informação Empresarial Simplificada e para o SICAE – Sistema de Informação da Classificação Portuguesa das Actividades Económicas Portuguesa;
- O aumento da eficácia e eficiência na utilização dos recursos humanos e financeiros colocados à disposição da produção das estatísticas oficiais.

Paralelamente identificam-se alguns **constrangimentos** que condicionaram a acção do SEN:

- Participação e contribuição diminutas por parte de alguns membros do CSE;
- Cooperação insuficiente por parte de algumas entidades públicas, que deveriam facilitar o acesso a dados administrativos tendo em vista proceder a uma avaliação da possibilidade da sua apropriação para fins estatísticos;
- Carência de recursos humanos qualificados colocados à disposição da produção das estatísticas oficiais;
- Nível de literacia estatística bastante incipiente da sociedade em geral.

Assim, tendo presentes as conclusões deste Relatório, bem como as alterações significativas ao nível do enquadramento legislativo do sistema estatístico europeu, é possível identificar os seguintes **grandes desafios** que o SEN deverá enfrentar no futuro próximo:

- Rever a actual Lei do SEN, visando a sua adequação ao novo contexto regulamentar europeu e à inclusão de mecanismos que facilitem a produção estatística oficial;

- Estimular a intervenção e participação dos membros do CSE, de forma a que todos assumam plenamente as suas responsabilidades e competências, exercendo uma intervenção activa e eficaz;
- Identificar e dinamizar a análise e o acompanhamento de áreas estatísticas relevantes para a tomada de decisão, particularmente daquelas onde prevalecem algumas fragilidades;
- Intensificar a avaliação da qualidade das estatísticas oficiais nas suas diversas dimensões;
- Reforçar as condições para a apropriação de dados administrativos para fins estatísticos;
- Assegurar a dotação do SEN de recursos qualificados que correspondam às necessidades de produção das estatísticas oficiais com qualidade;
- Estimular e apoiar as acções que visem promover a literacia estatística de toda a sociedade.

1. APRESENTAÇÃO

O Sistema Estatístico Nacional (SEN) compreende, entre outras entidades, o Conselho Superior de Estatística (CSE), órgão do Estado que orienta e coordena o SEN. Em **Anexo I** inclui-se o actual organograma do Conselho.

O presente Relatório de Avaliação do Estado do Sistema Estatístico Nacional (RAESEN) dá cumprimento ao estipulado no nº4 do artigo 15º da Lei do Sistema Estatístico Nacional, que determina que "Até ao termo de cada mandato, o Conselho deve elaborar um relatório de avaliação do estado do SEN".

Os actuais membros do CSE iniciaram o seu mandato após a entrada em vigor da nova Lei do SEN – Lei nº 22/2008, de 13 de Maio, o qual terminará, assim, em 29 de Agosto de 2011). As entidades e respectivos representantes que, ao longo destes últimos três anos, asseguraram as actividades desenvolvidas pelo Conselho constam do **Anexo II**.

Este Relatório para além de reflectir a avaliação da evolução do SEN no final do último triénio, apresenta também uma avaliação intercalar da concretização das Linhas Gerais da Actividade Estatística Nacional para o período 2008-2012 (LGAEN).

Elaborado no âmbito da Secção Permanente de Coordenação Estatística, teve como responsáveis redactoriais o Presidente da Secção e a Secretária do CSE, tendo beneficiado dos contributos dos Presidentes de todas as restantes Secções do Conselho, em reunião presidida pela Vice-presidente do Conselho.

2. AVALIAÇÃO DO SEN NO PERÍODO 2008-2011

A avaliação do estado do Sistema Estatístico Nacional teve em consideração: a análise do grau de execução das recomendações emitidas no âmbito do último RAESSEN, no período de 1999-2001; a apreciação do nível de desenvolvimento das acções prioritárias definidas na avaliação intercalar, realizada em Junho de 2009; as conclusões resultantes do Workshop, realizado em Outubro de 2010, sobre o tema As Estatísticas Oficiais; **e uma avaliação intercalar do nível de concretização das Linhas Gerais da Actividade Estatística Nacional (LGAEN) definidas pelo CSE para o período 2008-2012 (331ª Deliberação do CSE).**

2.1. Análise do grau de execução das recomendações emitidas no âmbito do RAESSEN 1999-2001

Embora o último RAESSEN se refira ao período de 1999-2001, há cerca de uma década portanto, as suas recomendações mantiveram actualidade até 2008, pelo que relativamente às mesmas, se elaborou o "Relatório de acompanhamento das recomendações do CSE constantes do RAESSEN 1999-2001" (em **Anexo III**) que permite evidenciar:

- Os resultados alcançados até Maio de 2008, data da publicação da Lei nº 22/2008, de 13 de Maio (Lei do SEN); e,
- Os desenvolvimentos verificados após a publicação da Lei do SEN até ao presente.

O balanço efectuado permite concluir que se verificou um relevante grau de concretização das recomendações emitidas no âmbito do último RAESSEN, tendo ocorrido progressos assinaláveis como a publicação de uma nova Lei do SEN, em 2008, e particularmente em 2008-2010, o estabelecimento dos princípios da Delegação de Competências e subsequentemente a assinatura de sete Protocolos de Delegação de Competências do INE em serviços públicos e a apresentação da Política de Difusão do INE. É também de realçar o facto de se encontrarem calendarizadas, para 2011, algumas das iniciativas que se integram no âmbito daquelas recomendações, ainda não totalmente implementadas, designadamente no que se refere ao aproveitamento de informação administrativa com finalidade estatística, ao princípio do segredo estatístico e ainda à formação de recursos humanos.

2.2. Acompanhamento das acções consideradas prioritárias na Avaliação de Estado do SEN – Junho 2009

Do conjunto de acções prioritárias definidas pelo Conselho na "Avaliação do estado do SEN – Junho de 2009" (em **Anexo IV**) destacam-se os resultados seguintes:

- Uma evolução extremamente positiva ao nível do **cumprimento dos prazos de disponibilização estatística** por parte da esmagadora maioria das entidades que compõem o Sistema Estatístico Nacional. Na apreciação da qualidade das estatísticas oficiais, começou por ser dada particular

importância à pontualidade, sem degradação da fiabilidade da informação, na disponibilização de informação estatística, por se considerar ser uma das dimensões relevantes da qualidade estatística. A informação disponibilizada na data prevista, no conjunto do Instituto Nacional de Estatística e das outras entidades intervenientes na produção estatística nacional, passou de 75% em 2007 para cerca de 91% em 2010 (no caso do INE passou de 76% em 2007 para 95% em 2010). O Banco de Portugal evidenciou ao longo destes anos um cumprimento rigoroso dos prazos de divulgação previstos no seu calendário de difusão, traduzido numa taxa de disponibilização na data prevista de 100%, ou seja sem qualquer atraso. Também os Serviços de Estatística das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira evidenciaram uma evolução extremamente positiva, verificando-se agora uma taxa de disponibilização na data prevista próxima dos 100%; Esta matéria mereceu uma atenção especial e um acompanhamento regular por parte do CSE, através da sua Secção Permanente de Coordenação Estatística (SPCE). Para o progresso verificado contribuiu, também, o acompanhamento do grau de execução do “Plano de Acções visando o cumprimento dos prazos de disponibilização das Estatísticas Portuguesas”, aprovado pelo Conselho em 2008, no âmbito do qual se verificou a concretização de diversas actividades concretas por parte das entidades produtoras de estatísticas oficiais, visando assegurar o integral cumprimento dos prazos;

- A criação de mecanismos destinados a zelar pelo **cumprimento do princípio do segredo estatístico**. Foi definida a metodologia e os procedimentos que deverão ser observados no âmbito das solicitações efectuadas e do cumprimento das regras de confidencialidade por parte das entidades às quais são cedidas informações sujeitas a segredo estatístico. Estes procedimentos passaram a ser aplicados no domínio da apreciação das solicitações que envolvem o acesso a informação estatística confidencial, com as necessárias actualizações de critérios, constantes das respectivas deliberações e dos compromissos de sigilo que assegurem a salvaguarda e confidencialidade do tratamento da informação. Foi neste domínio estabelecida jurisprudência relativamente às estatísticas do comércio internacional e ao tratamento estatístico dos empresários em nome individual, considerados enquanto pessoas singulares;
- O estabelecimento de protocolos de **delegação de competências** para a produção e difusão de estatísticas oficiais do INE em sete entidades¹ que, na sua qualidade de Autoridades Estatísticas,

¹ A Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura do Ministério da Agricultura (MADRP), a Direcção-Geral de Energia e Geologia (MEID), o Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (ME), a Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP – UMIC (MCTES), o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (MCTES), o Gabinete de Estratégia e Planeamento (MTSS) e a Direcção-Geral da Política de Justiça (MJ).

passaram a ter assento no CSE. Aqueles protocolos obedeceram ao modelo de protocolo de delegação de competências, apresentado pelo INE, e que teve o parecer favorável do CSE; e,

- A definição dos princípios em que deve assentar a **difusão da informação estatística no âmbito do SEN**. O CSE procedeu à discussão e apreciação em sede de secção especializada, desses princípios orientadores, com recomendação ao plenário do Conselho para aprovação.

2.3. Análise preliminar do grau de realização das Linhas Gerais da Actividade Estatística Nacional para 2008-2012

Com o objectivo de proceder a uma primeira análise do grau de realização das “Linhas Gerais da Actividade Estatística Nacional e respectivas prioridades para 2008-2012” (em **Anexo V**) procurou-se identificar as principais medidas implementadas, decorrido que está mais de metade do período considerado, e as respectivas consequências sobre as actividades do CSE e o desempenho do SEN em geral.

a) Objectivo 1: Melhorar a qualidade das estatísticas produzidas no âmbito do SEN, com especial incidência nas vertentes de cumprimento dos prazos de disponibilidade da informação e acessibilidade.

Neste domínio, como já atrás foi referido, merece destaque os resultados alcançados no que respeita ao cumprimento dos prazos de disponibilização das estatísticas oficiais.

Importa, igualmente, sublinhar as seguintes iniciativas:

1. Promoção de acções de sensibilização sobre a relevância da estatística na sociedade;
2. Criação de mecanismos, designadamente consultas públicas e outros, que permitem uma maior atenção às preocupações da sociedade e acolhimento dessas preocupações sempre que não esteja em causa a qualidade das estatísticas oficiais e as obrigações comunitárias;
3. Implementação de procedimentos no sentido de intensificar o uso de dados administrativos, dos quais se destacam os desenvolvimentos nos domínios da exploração da informação disponível no âmbito da IES (Informação Empresarial Simplificada), a proposta de criação de uma estrutura de coordenação da IES, a criação e desenvolvimento do SICAE, base de dados que reúne a informação sobre a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas (CAE) das pessoas colectivas e entidades equiparadas e, ainda, a recente reactivação, em 2010, do GTFUESEN, que tem como mandato contribuir para a construção de um ficheiro único de unidades estatísticas para todas as entidades do SEN, e a criação de um Grupo de Trabalho sobre Estatísticas das Empresas;

4. Consolidação dos processos de gestão integrada da recolha de dados e da função de gestão de respondentes, com redução da carga estatística sobre estes últimos, em particular pelo recurso a uma maior utilização de dados de natureza administrativa e ao aproveitamento de dados de caracterização do respondente em diversos inquéritos, evitando assim a duplicação de inquirição;
5. Intensificação do modo de recolha electrónica, introdução do modo de recolha telefónica e modernização dos processos de recolha de dados por parte das autoridades estatísticas;
6. Adopção e implementação de políticas de difusão e revisões para as estatísticas oficiais;
7. Desenvolvimento do sistema de metainformação estatística no sentido de articular as várias vertentes relativas às variáveis estatísticas, aos Documentos Metodológicos, aos conceitos e às classificações, incluindo a elaboração de relatórios de qualidade das estatísticas;
8. Reformulação e desenvolvimento de novos conteúdos e facilidades nos Portais e sítios na Internet das Autoridades Estatísticas, nomeadamente através da disponibilização de bases de dados de difusão;
9. Intensificação de parcerias com a sociedade científica, nomeadamente através da expansão do número de protocolos celebrados com Universidades e Organismos da Administração Pública; e ainda da melhoria do acesso a informação estatística anonimizada, por parte de investigadores credenciados (o número de novos processos solicitados por investigadores, no período 2008-2010 cifrou-se em 123);
10. Promoção de acções de sensibilização e divulgação de informação estatística para aumento da literacia estatística, das quais se destacam as actividades relacionadas com a expansão do Projecto ALEA (Acção Local de Estatística Aplicada), e de várias acções junto da população escolar; e,
11. Continuação de iniciativas das Autoridades Estatísticas para auscultação regular da satisfação dos utilizadores de estatísticas oficiais.

b) Objectivo 2: Optimizar o funcionamento do SEN através do reforço dos mecanismos de coordenação e cooperação institucional e da valorização dos Recursos Humanos.

No quadro deste objectivo, importa destacar, como atrás referido, o estabelecimento de delegação de competências pelo INE noutras entidades tendo por base um novo modelo bastante mais rigoroso e exigente, nomeadamente no que respeita à observância dos princípios consagrados na Lei do SEN e no Código de Conduta para as Estatísticas Europeias.

Por outro lado, salientam-se, também, as seguintes iniciativas:

1. Implementação de uma nova estrutura, regulamento e modelo de funcionamento do CSE, na sequência das competências definidas na nova Lei do SEN, traduzindo-se, entre outros aspectos, no estabelecimento de novas secções, novos grupos de trabalho e na nomeação

de novos representantes das diferentes entidades. No âmbito da preparação de todos os documentos estratégicos para o CSE passaram a realizar-se reuniões de presidentes das secções e foram aprovados planos de acção para todas as secções do Conselho, privilegiando-se a apresentação de projectos e metodologias sectoriais;

2. Difusão de conhecimentos e informação, através da realização de seminários, workshops e outras acções sobre matérias de interesse para o SEN;
3. Apresentação e acompanhamento dos planos de actividade (PA) e respectivos relatórios de execução (RE) anuais das Autoridades Estatísticas, no âmbito da Secção Permanente de Coordenação Estatística e emissão de parecer pelo Plenário do CSE;
4. Acompanhamento regular das áreas estatísticas delegadas pelo INE, importando realçar que se encontra consagrada a possibilidade de realização de auditorias de qualidade às estatísticas oficiais, no âmbito dos Protocolos de Delegação de Competências do INE;
5. Aperfeiçoamento das actividades de desenvolvimento e aplicação de técnicas de amostragem, visando a redução da carga sobre os respondentes, através da optimização e coordenação das amostras, exploração de fontes administrativas, controlo de qualidade das técnicas de amostragem, gestão integrada de universos e amostras;
6. Desenvolvimento das actividades no domínio do Eurogroups Register, da troca e validação de dados da rede EGR, de forma articulada entre todos os Estados Membros e o EUROSTAT (EGR Central);
7. Organização do processo e realização do exercício de avaliação pelos pares (Peer Review) sobre a implementação e cumprimento do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias, no INE, no início de 2008. Esta actividade, conduzida pelo INE, contou com a participação de outras entidades produtoras de estatísticas nacionais, do Conselho Superior de Estatística, assim como de um número considerável de trabalhadores do INE, de respondentes e de clientes, e de representantes de vários sectores da economia; e,
8. Intensificação das actividades de cooperação institucional e de formação profissional tanto no plano nacional como no plano internacional, quer no quadro da participação de Portugal nas actividades de âmbito Comunitário, quer no apoio de natureza técnica, particularmente, aos Estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

c) Objectivo 3: Assegurar a produção estatística em áreas de especial interesse para a compreensão das sociedades actuais, colocando particular ênfase na sua ventilação espacial.

No âmbito deste objectivo merecem referência, entre outros, os seguintes resultados:

1. Aumento da eficiência e melhoria dos métodos de produção e difusão de informação estatística, nomeadamente através da modernização dos processos de recolha e integração de novas fontes de natureza administrativa;

2. Alargamento da cobertura estatística a áreas relevantes na vertente social e do bem-estar: destaca-se na Educação, a realização e divulgação dos resultados da primeira edição do "inquérito à educação e formação de adultos – 2007"; na População, a disponibilização de um conjunto de taxas de mortalidade padronizadas e anos potenciais de vida perdidos (relativo aos anos de 2002 a 2009), assim como a produção de séries longas das "tábuas de mortalidade para Portugal", uma serie longa de esperança média de vida; e nas Condições de Vida e Rendimento a divulgação, pela primeira vez, de resultados sobre privação material e sobre privação habitacional (de 2004 a 2009);
3. Desenvolvimento do sistema de indicadores de monitorização do contexto em que se desenrolam as políticas públicas;
4. Desenvolvimento de um Índice Sintético de Desenvolvimento Regional, uma parceria entre o INE e o DPP/MAOT, que permite sintetizar a evolução registada, a nível NUTS III nas vertentes da competitividade, da coesão e da qualidade ambiental;
5. Desenvolvimento e consolidação da produção de estatísticas económicas sectoriais e do ambiente, designadamente com a realização do inquérito aos bens e serviços do ambiente;
6. Recuperação dos prazos de disponibilização das Contas Nacionais Anuais, início da divulgação regular das Contas Nacionais Trimestrais a 45 dias, e mudança de base das Contas nacionais (base 2006) e criação, no Portal do INE, de uma área dedicada às Contas Nacionais;
7. Reatamento da produção das "estatísticas das receitas fiscais", consistentes com as Contas Nacionais, na base 2006, para o período de 1996 a 2006;
8. Produção das Contas Satélite do Turismo, da Saúde, das Instituições sem Fins Lucrativos e lançamento das bases para a elaboração da Conta Satélite da Economia Social;
9. Conclusão do processo de reengenharia das Estatísticas das Empresas com base na Informação Empresarial Simplificada (IES), e apresentação dos primeiros resultados sobre Empreendedorismo em Portugal, no contexto da Demografia das Empresas;
10. Realização das primeiras edições do "inquérito à caracterização da habitação social em Portugal", "inquérito à utilização das TIC nos estabelecimentos hoteleiros" e "inquérito ao consumo de energia no sector doméstico".

3. ACCÇÕES PRIORITÁRIAS A DESENVOLVER NO FUTURO PRÓXIMO NO ÂMBITO DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL

Tendo em consideração:

- A descrição dos desenvolvimentos ocorridos no Sistema Estatístico Nacional feita neste Relatório;
- A execução das deliberações e recomendações emitidas pelo Conselho;

- As iniciativas ainda necessárias para a plena concretização da Visão projectada para o SEN em 2012: *“Em 2012, o Sistema Estatístico Nacional é um sistema integrado, dinâmico e eficiente, que desenvolve a sua actividade no respeito pelos mais elevados padrões de qualidade estatística, atento aos custos para os fornecedores de informação e ao desígnio da prestação de serviço à sociedade”*;
- As conclusões resultantes do Workshop, realizado em Outubro de 2010, sobre o tema As Estatísticas Oficiais;
- O exercício de “Peer Review on the implementation of the European Statistical Code of Practice” Portugal (16-18 January 2008);
- Os depoimentos de personalidades inseridos no livro “O INE: Desafios do Passado, Desafios do Futuro”;
- Os desenvolvimentos a decorrerem na União Europeia e as decisões da Comissão - designadamente ao nível das novas estratégias (que lançam novos desafios às estatísticas europeias), e ao nível da qualidade estatística – que se concretizarão através de alterações no enquadramento legislativo europeu para as estatísticas e no Código de Conduta para as Estatísticas Europeias, já aprovadas ou em fase adiantada de preparação;
- O Memorando de entendimento sobre a Condicionalidade da Política Económica recentemente estabelecido no âmbito do programa de assistência financeira a Portugal, que estabelece novas exigências em termos de informação estatística;

Identificam-se as acções cujo desenvolvimento e acompanhamento no seio do Sistema Estatístico Nacional deverão assumir carácter prioritário no futuro próximo:

3.1 Na actividade do Conselho Superior de Estatística

1. Apresentação de um projecto de revisão do enquadramento legislativo do SEN, que contemple, nomeadamente, i) um novo modelo de presidência do Conselho Superior de Estatística e ii) o reforço da independência e autonomia de gestão do INE (para além da independência técnica já consagrada), e correspondente “accountability”, capacitando cada vez mais estas estruturas para o exercício das suas competências e a observação dos princípios consagrados no Regulamento Comunitário sobre as Estatísticas Europeias, na Lei do Sistema Estatístico Nacional e no Código de Conduta para as Estatísticas Europeias;
2. Conceber e implementar mecanismos que, nos termos das suas competências, permitam assegurar a observância dos princípios consagrados na Lei do SEN e o respectivo acompanhamento ao nível das Autoridades Estatísticas;
3. Clarificar o quadro regulamentar adequado ao cumprimento rigoroso do estipulado na Lei do SEN relativamente ao princípio do segredo estatístico através, designadamente, i) da apreciação dos Regulamentos do Segredo Estatístico a adoptar por todas as Autoridades

Estatísticas e ii) da criação de mecanismos de fiscalização e outros que permitam zelar pelo cumprimento das regras da confidencialidade por parte das entidades às quais é cedida informação sujeita a segredo estatístico;

4. Estimular e coordenar acções no domínio da difusão estatística que possam contribuir para o aumento da literacia estatística, nomeadamente da população em contexto escolar e da sociedade em geral;
5. Prosseguir na monitorização e desenvolvimento das acções referenciadas no “Plano de Acções visando o cumprimento dos prazos de disponibilização das Estatísticas Portuguesas” tendo como objectivos: i) o cumprimento dos prazos de disponibilização das Estatísticas Portuguesas e a inventariação das fontes administrativas e ii) o alargamento gradual da avaliação das estatísticas oficiais a todas as restantes dimensões da qualidade estatística²;
6. Promover as iniciativas adequadas ao reforço dos mecanismos de cooperação institucional no seio do SEN, designadamente para: i) a construção e actualização de um ficheiro único de unidades estatísticas a partilhar pelas autoridades estatísticas; ii) a optimização do processo de requalificação dos recursos humanos do SEN, para que este possa responder com eficiência e eficácia às exigências dos novos desafios; e iii) a implementação do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias;
7. Reforçar a utilização de fontes administrativas para fins estatísticos, designadamente através da intervenção das autoridades estatísticas desde o início da sua concepção, actualização, ou modernização, de forma a assegurar um adequado equilíbrio entre o objectivo de redução dos custos associados à prestação de informação pelos agentes reportantes e a necessidade de produzir estatísticas oficiais de qualidade;
8. Identificar e dinamizar com urgência a análise e o acompanhamento de áreas estatísticas relevantes para a tomada de decisão, particularmente daquelas em que prevalecem algumas fragilidades na produção da informação estatística, tomando como referência os objectivos definidos nas Linhas Gerais da Actividade Estatística Nacional 2008-2012;
9. Operacionalizar a disposição de consulta prévia obrigatória do Conselho, prevista na lei do SEN, relativamente aos projectos de diploma que criem serviços de estatística ou contenham normas sobre a actividade estatística.

3.2 Na actividade das Autoridades Estatísticas

1. Reforçar e consolidar a autonomia das Autoridades Estatísticas, incluindo as entidades com delegação de competências, de forma a assegurarem de forma rigorosa e independente o

² Dimensões da qualidade estatística (constantes do Código de Conduta para as Estatísticas Europeias): relevância, precisão, actualidade, pontualidade, acessibilidade e clareza, comparabilidade, coerência e consistência.

- exercício das suas competências e a observação dos princípios consagrados na Lei do SEN e no Código de Conduta das Estatísticas Europeias;
2. Monitorizar os compromissos assumidos nos protocolos de delegação de competências do INE, nomeadamente através da realização de auditorias estatísticas;
 3. Aperfeiçoar os canais de comunicação e difusão estatística contribuindo para o aumento da literacia estatística;
 4. Reforçar os mecanismos de cooperação institucional no seio do SEN, contribuindo para melhorar a qualidade das estatísticas portuguesas e minimizar os custos de funcionamento dos sistemas de produção estatística, como é o caso do ficheiro único de unidades estatísticas a partilhar pelas autoridades estatísticas;
 5. Analisar as implicações estatísticas e preparar o sistema estatístico nacional para dar resposta à implementação de:
 - i) novas medidas legislativas que visam reforçar o enquadramento legal da União Económica e Monetária, de forma a permitir acautelar e corrigir desequilíbrios macroeconómicos e assegurar a sustentabilidade das finanças públicas;
 - ii) novos requisitos comunitários, nomeadamente a disponibilização de informação estatística atempada de novas áreas de acompanhamento da estratégia europeia 2020;
 - iii) manuais internacionais, nomeadamente do novo Sistema de Contas Nacionais 2010 e respectiva aplicação na União Europeia (SEC); e
 - iv) Relatório Stiglitz-Sen-Fitoussi que reforça as interações entre os domínios económico, social e do ambiente, entre outros.
 6. Conciliar a produção de estatísticas em novos domínios e com um maior detalhe, nomeadamente as relativas a áreas relevantes para a tomada de decisão e outras onde prevalecem fragilidades (por exemplo, devidas à exiguidade dos recursos disponíveis ou ao peso da carga sobre os respondentes), através, designadamente da adopção de novos modelos de produção e difusão estatísticas, de aproveitamento de dados administrativos e de partilha de infra-estrutura tecnológica e operacional, em estudo a nível europeu;
 7. Intensificar a apropriação de dados administrativos de qualidade para a produção de estatísticas oficiais;
 8. Aumentar a informação disponibilizada, designadamente ao nível de séries longas;
 9. Aperfeiçoar a informação disponibilizada, designadamente no que se refere a revisões, à descontinuação de variáveis, à acessibilidade, à transparência e à pontualidade;
 10. Adequar a legislação da Direcção Regional de Estatística da Madeira ao novo enquadramento legislativo do SEN, no contexto do que foi concretizado pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores.